

## O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER NO ESTADO DE GOIÁS DE 2003 A 2018<sup>1</sup>

Fernando Henrique Silva Carneiro,  
Instituto Federal de Goiás (IFG)

### RESUMO

*O objetivo foi analisar o financiamento da política de esporte e lazer pelo Governo do Estado de Goiás de 2003 a 2018. A pesquisa teve caráter quanti-qualitativo, foi um estudo descritivo apoiado em documentos. Os resultados encontrados demonstram que a maior parte do financiamento do esporte e lazer foi a partir de recursos da AGEL/SESEL, houve oscilação do gasto e a maior parte dele foi direcionado para Infraestrutura e Pessoal.*

*PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; financiamento público; esporte e lazer.*

### INTRODUÇÃO

O esporte e o lazer conquistaram a condição de direito a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Dessa forma, o Estado brasileiro em suas diferentes esferas (federal, estadual, distrital e municipal) deve promover políticas públicas voltadas ao setor.

No âmbito do Estado de Goiás, foi criada em 31 de dezembro de 2002 a Agência Goiana de Esporte e Lazer (AGEL) – com a extinção do Conselho Estadual de Desporto e Lazer e do Fundo Estadual de Esportes –, órgão este que ficou responsável pela política de esporte e lazer em Goiás de 2003 a 2014 (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2002). Já de 2015 a 2018 ficou responsável por aquela a Superintendência Executiva Subsecretaria de Esporte e Lazer (SESEL), órgão subordinado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2014).

A gestão das políticas públicas de esporte em Goiás de 2003 a 2018 se deu sob a hegemonia do mesmo grupo político que governou o Estado ao longo de 1999 a 2018, sob a liderança de Marconi Perillo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Marconi Perillo foi governador de 1999 à 2006 e de 2011 à 2018, seus vice-governadores viraram governadores, Alcides Rodrigues (Partido Progressista – PP) foi de 2006 à 2011 e José Eliton Júnior (PSDB) foi em 2018.

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Para que as políticas públicas se materializem é necessário recursos públicos, elemento que também é essencial nas políticas públicas de esporte lazer. Entretanto, Pereira *et al.* (2020) identificou que a maior parte dos estudos sobre financiamento esportivo se referem ao governo federal. No âmbito de Goiás, localizamos apenas três estudos que tratam do financiamento de esporte e lazer (NASCIMENTO *et al.*, 2020; PARREIRA; VALIM, 2019; VISNHEISKI; ANES, 2006). O objetivo da pesquisa foi analisar o financiamento da política de esporte e lazer pelo Governo do Estado de Goiás no período de 2003 a 2018.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa tem um caráter quanti- qualitativo, sendo um estudo descritivo e se apoiou em pesquisa documental. O período de análise é de 2003 a 2018, estando relacionado ao período de governo sob a liderança política de Marconi Perillo. Os dados orçamentários são apresentados a partir da liquidação da despesa, isto é, a partir da confirmação que o bem foi entregue ou serviço realizado.

A coleta de dados foi realizada nos Planos Plurianuais (PPAs) 2000-2003, 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019 (SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, 2020); e no Portal da Transparência do Estado de Goiás (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2020). Os dados foram analisados tendo como ponto de partida a proposta de metodologia crítica de análise do financiamento do esporte desenvolvida por Carneiro e Mascarenhas (2018), sendo utilizados os indicadores: fontes de financiamento; magnitude do gasto; e direcionamento do gasto. Os dados financeiros foram deflacionados, tendo por base o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), média anual, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a preços de dezembro de 2018.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo de 2003 a 2018 houve 8 diferentes unidades orçamentárias que tiveram recursos destinados para esporte e lazer. Na Tabela 1, são apresentados os gastos com esporte e lazer pela classificação institucional, isto é, pelas unidades orçamentárias.



Tabela 1 – Financiamento do esporte e lazer por unidade orçamentária – série 2003-2018

Ano	AGEL/ SESEL	AGETOP	Fundo de Esporte	FUNESD	PROTEGE	FERAIS	Goiás Turismo	Total
2003	34,59	4,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,28
2004	38,99	9,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48,18
2005	35,90	9,10	0,00	11,64	0,00	0,01	0,00	56,66
2006	36,48	7,96	0,00	1,94	0,00	0,63	0,00	47,00
2007	48,98	15,29	0,00	2,08	0,00	0,54	0,00	66,89
2008	37,01	5,75	0,00	1,97	0,00	0,53	0,00	45,26
2009	47,79	2,32	0,00	0,00	0,70	0,00	0,19	51,00
2010	52,48	2,29	0,00	0,00	1,49	0,00	1,04	57,31
2011	39,08	1,83	0,00	0,00	1,15	0,00	0,01	42,08
2012	46,01	1,87	0,00	0,00	1,40	0,00	0,00	49,28
2013	65,66	3,41	0,00	0,00	2,34	0,00	0,00	71,42
2014	42,27	123,93	0,00	0,00	0,89	0,00	0,00	167,08
2015	2,12	0,47	0,00	0,00	1,80	0,00	0,00	4,39
2016	4,05	41,87	17,27	0,00	0,86	0,00	0,00	64,05
2017	4,27	10,45	5,99	0,00	2,40	0,00	0,00	23,12
2018	10,02	10,32	9,62	0,00	2,95	0,00	0,00	32,91
Total	545,69	250,73	32,88	17,63	15,98	1,72	1,25	865,88

Fonte: Controladoria Geral do Estado De Goiás (2020). Elaboração própria.

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018, valores em milhões de R\$.

A AGEL (2003-2014) e a SESEL (2015-2018) foram as unidades orçamentárias que mais receberam recursos, 63,02% do total de recursos. Além disso, a AGEL foi responsável pela gestão de recursos do FUNESD (Fundo Especial de Reestruturação do Estádio Serra Dourada) (R\$ 17,63 milhões), do FERAI (Fundo Especial de Reestruturação do Autódromo Internacional Ayrton Senna) (R\$1,72 milhão) e do PROTENGE (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás) para o Bolsa Esporte/PRÓ-ATLETA (R\$ 7,98 milhões). Já a SESEL ficou responsável pela gestão do PROTENGE para o Bolsa Esporte/PRÓ-ATLETA (R\$ 8,01 milhões) e do Fundo de Esporte (R\$ 32,88 milhões). Dessarte, AGEL e SESEL ficaram responsáveis pela gestão de R\$ 613,90 milhões, isto é, 70,90% de todo recurso orçamentário para o esporte.

A AGETOP (Agência Goiana de Transportes e Obras) ficou com 28,96% dos recursos no período, a maior parte esteve relacionado a construção e reforma de infraestrutura de esporte e lazer (ginásios, quadras, campos futebol etc.). A Goiás Turismo (Agência Estadual





de Turismo) teve R\$ 1,34 milhão, recurso que foi voltado à gestão e manutenção do Autódromo Ayrton Senna.

Em relação a magnitude do gasto com esporte e lazer é possível notar pela Tabela 1 que o esporte e lazer teve R\$ 865,88 milhões ao longo de 2003 a 2018, a média de gasto foi de R\$ 54,12 milhões por ano. Em 2005, 2007, 2010, 2013, 2014 e 2016 os gastos orçamentários com esporte e lazer ficaram acima da média, com pico em 2014. Além disso, no período a média de gasto com esporte e lazer em relação ao orçamento público total do Governo do Estado de Goiás foi de 0,27%, o maior percentual foi 0,68% em 2014 e de 0,02% em 2015. O percentual médio ficou longe das propostas da I, II e III Conferências Nacionais do Esporte de os estados gastarem 1% ou 1,5% do orçamento público com esporte e lazer (MINISTÉRIO DO ESPORTE, S. D.).

Para analisar o direcionamento do gasto com esporte e lazer, partimos dos programas do setor que ao longo de 2003 a 2018 estiveram presentes nos PPAs, eles podem ser vistos no Quadro 1.

Quadro 1 – Os programas de esporte nos Planos Plurianuais de 2003 a 2019

PPA	Programa
2000-2003	Comunidade esportiva Goiás – Potência esportiva
2004-2007	Comunidade esportiva Goiás – Potência esportiva
2008-2011	Goiás Cidadania e Bem-Estar Social Goiás Potência Esportiva
2012-2015	Programa Esporte e Lazer Para Todos Goiás Geração Olímpica
2016-2019	Esporte em Ação - Esporte e Lazer Para Todos Goiás Geração Olímpica e Paralímpica

Fonte: Secretaria de Estado da Economia do Estado de Goiás (2020). Elaboração própria.

Fonte: Secretaria de Estado da Economia do Estado de Goiás (2020). Elaboração própria.

A partir dos PPAs emergiram as categorias Esporte de Alto Rendimento (EAR) e Esporte e Lazer Para Todos (ELPT). Nos dados de gastos orçamentários com esporte e lazer foi identificado recursos significativos para outras 3 categorias, Infraestrutura, Gestão e Pessoal – esta última se depreendeu da categoria Gestão, vez era a maioria dos recursos. A distribuição destes recursos nestas categorias pode ser vista na Tabela 2.





Tabela 2 – Direcionamento do gasto com esporte e lazer por categoria – série 2003-2018

Ano	Infraestrutura	Pessoal	EPLT	Gestão	EAR	Total
2003	6,82	16,93	4,52	3,52	7,48	39,28
2004	15,64	20,78	5,45	2,85	3,45	48,18
2005	23,90	18,15	6,72	5,35	2,54	56,66
2006	12,27	19,60	6,97	2,41	5,75	47,00
2007	30,37	22,94	10,82	2,59	0,16	66,89
2008	11,55	22,75	7,53	3,07	0,35	45,26
2009	7,05	24,34	13,68	4,57	1,36	51,00
2010	11,60	27,61	12,28	3,15	2,67	57,31
2011	2,40	27,76	3,60	6,99	1,33	42,08
2012	3,18	35,30	3,87	5,21	1,73	49,28
2013	9,25	33,22	20,72	4,70	3,52	71,42
2014	125,20	30,78	6,67	3,09	1,35	167,08
2015	0,25	1,21	0,72	0,09	2,12	4,39
2016	48,67	2,43	6,62	2,57	3,76	64,05
2017	8,15	1,90	7,97	1,90	3,20	23,12
2018	11,08	2,22	12,49	2,37	4,74	32,91
Total	327,37	307,93	130,64	54,43	45,50	865,88

Fonte: Controladoria Geral do Estado de Goiás (2020). Elaboração própria.

Fonte: Controladoria Geral do Estado de Goiás (2020). Elaboração própria.

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018, valores em milhões de R\$.

A categoria de gasto com mais recurso foi de Infraestrutura (37,81%), isto é, recursos para construção, reforma e/ou manutenção das instalações de esporte e lazer no Estado de Goiás. A maior parte destes gastos (74,62%) foi com a construção e/ou reforma de três grandes infraestruturas, o Centro de Excelência do Esporte (R\$ 153,36 milhões), o Autódromo Ayrton Senna (R\$ 43,37 milhões) e Estádio Serra Dourada (R\$ 24,76 milhões). Nascimento *et al.* (2020) já havia identificado este foco de gasto em seu estudo. Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019) também apontam que infraestrutura foi o principal gasto do Ministério do Esporte ao longo de 2003 a 2018.

O segundo maior gasto (35,56%) foi com Pessoal, ou seja, gastos com pagamento de servidores ligados a AGEL e com pessoal terceirizado para realização de eventos. Chama atenção que a partir de 2015 diminuiu bastante o gasto com Pessoal, isso se deve a extinção da AGEL e criação da SESEL.

O terceiro maior gasto (15,09%) foi com ELPT, esta categoria se refere a programa, projetos e ações voltados a garantia do direito ao esporte e lazer, abarcando ações como: participação, apoio e realização de eventos; transferências de recursos da Lei Pelé para



municípios; execução de programas de esporte e lazer federais; aquisição de materiais; e programas contínuos de esporte e lazer. Somente a realização dos Jogos Abertos de Goiás ficou com 37,88% do gasto de EPT, ou seja, a prioridade foi um evento que acontece anualmente.

O quarto maior gasto (6,29%) foi com Gestão, isto é, recursos com despesas para atividades meios (água, energia elétrica, segurança, telefonia, segurança, transporte, materiais de escritório etc.) para que as políticas de esporte e lazer fossem desenvolvidas. Se tivéssemos agregado o gasto de Gestão com Pessoal, como realizado pelo estudo de Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019), ele seria o maior gasto.

A categoria que teve menor gasto (5,25%) foi EAR, ela se refere a ações voltadas ao apoio a atletas e instituições vinculadas ao EAR e apoio e realização de eventos. O principal gasto com foi com o Programa Bolsa Esporte/PRÓ-ATLETA (R\$ 23,83 milhões) e apoio e realização de eventos esportivos (R\$ 17,23 milhões).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demonstraram que a maior parte dos recursos para a política de esporte e lazer foram provenientes da AGEL/SESEL, sendo elas responsáveis por outros recursos (FUNESD, PROTEGE, FERAIS e Fundo de Esporte), também outros órgãos, a AGETOP e a Goiás Turismo, direcionaram recursos para o setor. A mudança da AGEL para a SESEL teve implicações direta sobre o financiamento das políticas de esporte e lazer.

Houve grande oscilação nos recursos para o esporte e lazer, sendo que estes não estiveram entre as prioridades de gasto do governo estadual, tendo os recursos gasto com esporte ficado longe das propostas das Conferências Nacionais do Esporte. Sobre o direcionamento dos recursos foi identificado que a prioridade foi o gasto com Infraestrutura e Pessoal, tendo ficado em segundo plano o gasto com ELPT, Gestão e EAR.



CONBRACE  
CONICE 2021  
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e  
Ciências do Esporte  
no tempo presente:

Defender Vidas,  
Afirmar as Ciências

## FINANCING THE SPORTS AND LEISURE POLICY IN THE STATE OF GOIÁS FROM 2003 TO 2018

### ABSTRACT

*The objective was to analyze the financing of the sport and leisure policy by the Government of the State of Goiás from 2003 to 2018. The research was quantitative and qualitative, it was a descriptive study supported by documents. The results found show that most of the funding for sport and leisure came from resources from AGEL/SESEL, there was an oscillation in spending and most of it was directed to Infrastructure and Personnel.*

**KEYWORDS:** *public policies; public funding; sports and leisure.*

## FINANCIAMIENTO DE LA POLÍTICA DEPORTIVA Y OCIO EN EL ESTADO DE GOIÁS DE 2003 A 2018

### RESUMEN

*El objetivo fue analizar la financiación de la política de deporte y ocio por parte del Gobierno del Estado de Goiás de 2003 a 2018. La investigación fue cuantitativa y cualitativa, fue un estudio descriptivo sustentado en documentos. Los resultados encontrados muestran que la mayor parte de la financiación para el deporte y el ocio provino de recursos de AGEL/SESEL, hubo una oscilación en el gasto y la mayor parte se dirigió a Infraestructuras y Personal.*

**PALABRAS CLAVES:** *políticas públicas; fondos públicos; deportes y ocio.*

### REFERÊNCIAS

ANES, R. R. M.; VISNHIESKI, C. S. Política Públicas de Esporte e Lazer em Goiás: análise sobre a prática de gestores da Agência Goiana de Esporte e Lazer. 2006. In: CONGOCE, V e CONCOCE, II, Goiânia, 2006. **Anais...** Goiânia: CBCE, 2006, p. 1-11. CD-ROM.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil, de 5 outubro de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 abr. 2020.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-22, 2019.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-legis**, n. esp., 2018.





CONBRACE  
CONICE 2021  
DE 12/09 A 17/12

Educação Física e  
Ciências do Esporte  
no tempo presente:

Defender Vidas,  
Afirmar as Ciências

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS. **Portal da Transparência do Estado de Goiás.** 2020. Disponível em: <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/gastos-governamentais/gastos-governamentais>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Lei nº 14.383**, de 31 de dezembro de 2002. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/81948](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/81948). Acesso em: 20 abr. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Lei nº 18.687**, de 03 de dezembro de 2014. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/90948](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90948). Acesso em: 20 abr. 2020.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **III Conferência Nacional do Esporte – Por um time chamado Brasil.** S. D. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>. Acesso em: 20 abr. 2020.  
NASCIMENTO, O. A. S. *et al.* O financiamento público estadual do esporte no Estado de Goiás. **Pensar a Prática**, v. 23, p. 1-22, 2020.

PARREIRA, F. R.; VALIM, J. P. PROESPORTE e a política de incentivo ao esporte na gestão estadual de Goiás: um estudo descritivo sobre os limites e as possibilidades existentes nas políticas públicas para o esporte goiano. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 7, n. 3, p. 115-130, 2019.

PEREIRA, C. C. *et al.* O financiamento do esporte no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. **Motrivivência**, v. 32, n. 62, p. 01-22, 2020.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, E. *et al.* (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 123-152.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Plurianual.** 2020. Disponível em: <http://www.economia.go.gov.br/planejamento/plano-plurianual.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

